

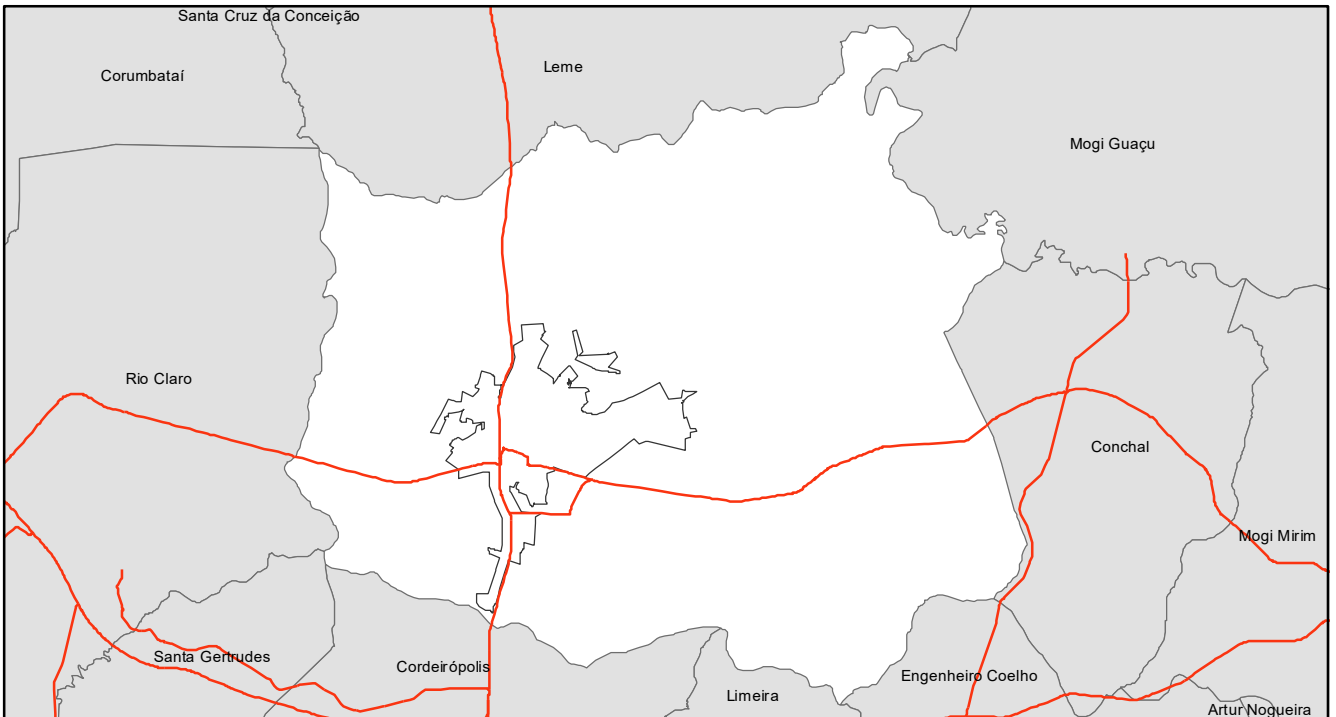
Legenda

Bens Tombados Edificados

- Casa da "Cultura Emilio Silvestre Wolff"
- TE01 - Casa da Cultura Emilio Silvestre Wolff
CONDEPHAAT DOE 24/06/1977, pg.51
- TT01 - EE Cel. Justiniano Withaker de Oliveira
CONDEPHAAT DOE 7/8/2002, pg 1 e 52
- TT02 - EMEF Ignacio Zurita Junior, DE COMPHAC Nº 3.823, 25/02/1993
- TT03 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus
COMPHAC Nº 3.668, DE 19/12/1991
- TT04 - Praça Barão de Araras, COMPHAC Nº 5.358, DE 09/10/2006
- TT05 - Solar Benedita Nogueira e Capela
COMPHAC Nº 5.358, DE 09/10/2006
- TT06, Edifício Antonio Lotto, COMPHAC Nº 5.358, DE 09/10/2006
- TT07, Casarão Nhonho dos Santos, COMPHAC Nº 3.668, DE 19/12/1991
- TT12, Basílica Nossa Senhora do Patrocínio,
COMPHAC Nº 3.668, DE 19/12/1991
- TT13, Igreja Santa Cruz, COMPHAC Nº 3.668, DE 19/12/1991
- TT15, Igreja Presbiteriana de Araras, COMPHAC Nº 3.668, DE 19/12/1991
- TT16, Teatro Estadual Maestro Francisco Paulo Russo,
COMPHAC Nº 5.358, de 09/10/2006
- TT19 e TT32 - Jazigos no cemitério municipal - COMPHAC Nos. 3.668,
de 19/12/1991, 3.930, de 24/02/1994 e 5.358, de 09/10/2006
- TT20, Biblioteca e Praça Dr. Narciso Gomes,
COMPHAC Nº 5.358, de 09/10/2006
- TT21, Instituto Nossa Senhora Auxiliadora
COMPHAC Nº 3.668, de 19/12/1991
- TT22, Cine Teatro Santa Helena, COMPHAC Nº 3.668, DE 19/12/1991
- TT30, Praça Monsenhor Paschoal Quercia
COMPHAC DE Nº 3.770, 02/10/1992
- TT31, Casa do Imigrante, COMPHAC
- TT34, Estação Ferroviária de Araras- Companhia Paulista,
COMPHAC, DE Nº 5.170, 28/01/2005
- Clube Ararense, COMPHAC DE Nº 6.747, 25/09/2020
- Mercado Municipal Horacio Bueno Barbosa,
COMPHAC DE Nº 6.748, 25/09/2020
- Irmadade da Santa Casa de Misericórdia, COMPHAC DE No. 5762.16/11/2010
- Vias paralelepípedo, tombadas pelo COMPHAC,
Decreto nº 5452, de 10/07/2007

Zonas de Proteção

- Zona de Proteção no Perímetro 50m, COMPHAC - Decreto 4008/1994
- Zona de Proteção no Perímetro 100m - COMPHAC, Decreto 4008/1994
- Zona de Proteção raio 300m, conforme CONDEPHAAT
DOE 24/06/1977, pg.51

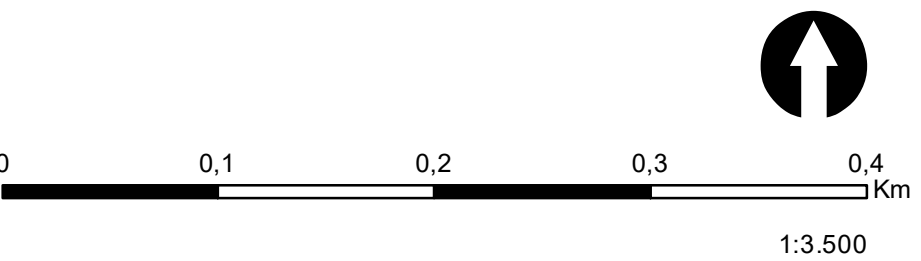


Perímetro Urbano no Município

Desenvolvimento e elaboração:
Núcleo Técnico - Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento
Urbano Integrado 2022 - Portaria 12.172/2022

Bases cartográficas:
Prefeitura Municipal de Araras:
Bens tombados - Inspeção visual pela SMPGM sobre documentação COMPHAC

Projeção Transversal de Mercator
UTM - Zone 23S - SIRGAS 2000



PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO
21/07/2022

PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO
ARARAS 2022



LEI MUNICIPAL Nº 1.781, DE 11 DE SETEMBRO DE 1987

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO E CRIA O ÓRGÃO COMPETENTE

CAPÍTULO I
Do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município

Art. 1º) – Constituem patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Araras, os bens móveis e imóveis existentes em seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor artístico e cultural.

§ 1º) – Equiparam-se aos bens a que se refere o "caput" do presente artigo e são sujeitos ao tombamento: os monumentos naturais, bem como, as paisagens e locais de valor histórico ou artístico, que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza.
§ 2º) – Os bens a que se refere o presente artigo só passarão a integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural do Município com a sua inscrição, isolada ou agrupadamente, no competente livro de Tombo.
Art. 2º) – A presente Lei se aplica às coisas pertencentes tanto às pessoas naturais, como às pessoas jurídicas de direito público ou privado.
Art. 3º) – Os bens tombados pela União e pelo Estado o serão também, pelo Município, de ofício.

CAPÍTULO III
Do Tombamento

Art. 8º) – O COMPHAC possuirá um Livro de Tombo, no qual serão inscritos os bens mencionados no artigo 1º da presente Lei.

CAPÍTULO IV
Efeitos do Tombamento

Art. 19) – Os bens tombados não poderão, em hipótese alguma, ser destruídos, demolidos, mutilados ou restaurados, sem a prévia autorização especial do COMPHAC, sob pena de embargo e multa de 100% (cem por cento) do dano causado.

Art. 20) – Sem prévia autorização do COMPHAC, não será permitido, nas vizinhanças de bem imóvel tombado, fazer obra de qualquer espécie que impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de ser determinada a demolição da obra, a expensas do proprietário, e de lhe ser imposta multa de até 50 (cinquenta) salários mínimos.

CAPÍTULO V
Do Direito de Preferência

Art. 26) – O Município terá o direito de preferência em face da alienação onerosa de bens tombados pertencentes às pessoas naturais ou jurídicas de direito privado.

DECRETO 4.008 de 08/12/1994

Art. 8º Num perímetro de 50m de distância do bem tombado, tomando-se como ponto de início os limites externos de todo o bem tombado, de acordo com o especificado no Livro de Tombo, não serão permitidas em hipótese alguma, edificações acima de 10m de altura ou que ultrapassem a altura do bem tombado.
§ 1º – As edificações, bem como as demolições dentro de um perímetro de 50 metros de distância do bem tombado, deverão receber a prévia aprovação do COMPHAC, que comunicará sua decisão à Secretaria Municipal de Planejamento.
§ 2º - A apreciação de solicitações de demolições dentro da área mencionada somente será analisada se o interessando apresentar o motivo que justifique tal procedimento e/ou projeto da nova edificação.
Art. 9º No perímetro de 50 a 100m metros do bem tombado as edificações deverão obedecer restritamente aos critérios normalizados nos estudos técnicos de ambientação e visualização elaborados e aprovados pelo COMPHAC, em que se estabeleça para cada um dos imóveis abrangidos os limites de ocupação de altura.